

Edição nº 58 – 4 a 8 de dezembro

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

CCTCI APROVA PROIBIÇÃO DE VEICULAR NA TELA MENSAGENS DE ATRASO NO PAGAMENTO DE FATURA POR PRESTADORES DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE ACESSO CONDICIONADO

Na última quarta-feira, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados (CCTCI) aprovou o Projeto de Lei nº 4.664/2016, de autoria do deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP), que proíbe os prestadores de serviço de comunicação de acesso condicionado de inserir nos monitores de televisão dos assinantes mensagens sobre atraso no pagamento de faturas. O projeto insere na Lei nº 12.485/2011 (Lei de Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado) disposição no sentido de assegurar ao consumidor o direito de ser informado sobre o atraso no pagamento de sua fatura exclusivamente por meio de ligação telefônica em horário comercial, ou mensagem de texto via telefonia móvel. As mensagens veiculadas na televisão ficam vedadas pelo projeto, sujeitando a operadora infratora às penalidades já previstas na Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral das Telecomunicações). O relator da matéria, deputado Roberto Alves (PRB-SP), apresentou parecer pela aprovação do projeto em outubro deste ano, que foi acolhido à unanimidade pela CCTCI. A matéria já foi aprovada pela Comissão de Defesa do Consumidor e agora segue à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise conclusiva.

CDC APROVA PL QUE DISPÕE SOBRE A LOCAÇÃO DE ESPAÇO EM CENTROS COMERCIAIS

Na última quarta-feira, a Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), da Câmara dos Deputados, aprovou, na forma do substitutivo apresentado pelo deputado Aureo (SD-RJ), o PL nº 4.447/2012, que altera a Lei de Locação para proibir qualquer modalidade de cobrança progressiva ou cobrança de mais de 12 aluguéis anualmente de espaço comercial em centros comerciais, tais como shopping centers. Agora, a proposição segue à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para deliberação.

PL QUE DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS SÓCIOS EM FACE DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS É DELIBERADO PELA CDEICS

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), da Câmara

dos Deputados, aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 6.783/2016, que altera o Código Civil para dispor sobre a faculdade de os sócios de sociedades simples estipularem contratualmente a responsabilidade solidária em face das obrigações sociais. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) agora irá analisar a matéria.

FIQUE DE OLHO

CDEICS APROVA PROPOSIÇÃO QUE VERSA SOBRE A PUBLICIDADE DE RECALL

Na última quarta-feira, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), da Câmara dos Deputados, aprovou, na forma do substitutivo apresentado pelo deputado Keito Ota (PSB-SP), o PL nº 6.810/2017, que altera a Lei da Vigilância Sanitária para dispor sobre o procedimento de publicidade a ser realizado pela empresa que tiver a necessidade de recolhimento ou suspensão de venda de determinado produto com a suspeita de que possa gerar algum tipo de risco à saúde humana. Agora, a proposição será analisada pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

CME APROVA INCENTIVO FISCAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE COLETORES OU PAINÉIS SOLARES

A Comissão de Minas e Energia (CME), da Câmara dos Deputados, aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 4.536/2012, que institui incentivo fiscal para a implantação de coletores ou painéis solares para aquecimento de água e para produção de energia elétrica. Agora, a proposição será analisada pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

COMISSÃO APROVA O SIGILO DOS DADOS ARMAZENADOS EM TERMINAIS REFERENTES A COMUNICAÇÕES PRIVADAS

Na última quarta-feira, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), da Câmara dos Deputados, aprovou o PL nº 6.960/2017, que altera a Lei do Marco Civil da Internet para determinar a inviolabilidade e sigilo de comunicações privadas e dos dados armazenados em terminal, salvo por ordem judicial. O PL será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (visconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

CSSF APROVA REQUISITOS PARA DISPENSA DE REGISTRO DE PRODUTOS ADQUIRIDOS POR INTERMÉDIO DE ORGANISMOS MULTILATERAIS INTERNACIONAIS

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), da Câmara dos Deputados, aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 5.994/2016, que altera a Lei da Vigilância Sanitária para fixar os requisitos a serem observados para a dispensa de registro e internalização dos imunobiológicos, inseticidas, medicamentos e outros insumos quando adquiridos por intermédio de organismos multilaterais internacionais. Agora, a proposição será deliberada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

CTASP APROVA PUNIÇÃO À EMPRESA QUE FIZER O USO DE TRABALHO ESCRAVO

Na última quarta-feira, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), da Câmara dos Deputados, aprovou o PL nº 7.946/2017, que

altera a Lei do Cadastro de Pessoas Jurídicas para determinar o cancelamento do CNPJ da empresa que, comprovadamente, fizer uso direto ou indireto de trabalho escravo ou análogo ao de escravo. A matéria será analisada agora pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS).

COMISSÃO ESPECIAL DA ALTERAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA ELEGE RELATOR, PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTES

Na última terça-feira, a Comissão Especial da Alteração da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), da Câmara dos Deputados, elegeu os deputados Odorico Monteiro (PSB-CE), Celso Pansera (PMDB-RJ) e Mauro Lopes (PMDB-MG) para os cargos de primeiro, segundo e terceiro vice-presidentes do colegiado, respectivamente. Também foram eleitos os deputados Renato Molling (PP-RS) e Orlando Silva (PCdoB-SP) para presidente e relator, na devida ordem.

AGENDA DA SEMANA

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

05/12/2017, ÀS 14H

FIQUE DE OLHO

PLS nº 135/2010, que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras.

Relator: sen. Vicentinho Alves (PR-TO)

Relatório: pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6/2016, com emenda.

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA (CI)

05/12/2017, ÀS 9H

PLS nº 405/2015, que aumenta a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada a estados em cujos territórios se localizar o aproveitamento hidrelétrico.

Relator: sen. Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Relatório: pela rejeição.

PLS nº 712/2015, que altera a Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC) para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040.

Relator: sen. Lasier Martins (PSD-RS)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

05/12/2017, ÀS 10H

PLS nº 350/2015, que define a defesa da concorrência no Sistema Financeiro Nacional como competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Relatora: sen. Gleisi Hoffmann (PT-PR)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara

PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara

PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado

PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado

MP: Medida Provisória

PLV: Projeto de Lei de Conversão

PRC: Projeto de Resolução da Câmara

PRS: Projeto de Resolução do Senado

PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara

PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado

PFC: Proposta de Fiscalização e Controle

RCP: Requerimento de Constituição de CPI

REQ: Requerimento

VET: Veto

COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE (CMA)
05/12/2017, ÀS 11H30

PLS nº 63/2017, que altera a lei de crimes ambientais para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida.

Relator: sen. Sérgio Petecão (PSD-AC)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)

06/12/2017, ÀS 10H

PLS nº 186/2014, que dispõe sobre a exploração de jogos de azar.

Relator: sen. Benedito de Lira (PP-AL)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

FIQUE DE OLHO

PDS nº 175/2017, que convoca plebiscito sobre a revogação do Estatuto do Desarmamento.

Relator: sen. Sérgio Petecão (PSD-AC)

Relatório: pela aprovação.

PLS nº 370/2013, que estabelece a impenhorabilidade das contribuições e dos benefícios referentes a planos de previdência complementar.

Relator: sen. Romero Jucá (PMDB-RR)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

06/12/2017, APÓS A REUNIÃO DAS 9H

PLC nº 34/2015, que libera os produtores de alimentos de informar ao consumidor sobre a presença de componentes transgênicos.

Relatora: sen. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Relatório: pela rejeição.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

05/12/2017, ÀS 13H

PLV nº 36/2017, originário da MP nº 795/2017, que dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

Relator: dep. Julio Lopes (PP-RJ)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

05/12/2017, ÀS 14H30

PEC nº 181/2012, que estabelece regime de cobrança unificada dos tributos sobre a renda, o consumo e a folha de pagamentos.

Relator: dep. Rogério Rosso (PSD-DF)

Relatório: pela admissibilidade.

PEC nº 97/2015, que transforma o potencial de energia eólica em patrimônio da União, ensejando o pagamento de royalties pela sua exploração.

Relator: dep. Tadeu Alencar (PSB-PE)

Relatório: pela admissibilidade.

PL nº 3.689/2012, que dispõe sobre o florestamento das faixas laterais de domínio das rodovias.

Relator: dep. Fábio Mitidieri (PSD-SE)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

06/12/2017, ÀS 10H

PL nº 6.962/2010, que estabelece a obrigatoriedade de as assembleias de acionistas deliberarem sobre operações com partes relacionadas e operações que envolvam conflitos de interesses da companhia.

Relator: dep. Lindomar Garçon (PRB-RO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 2.892/2011, que dispõe sobre aprimoramento das regras que regem as Parcerias Público-Privadas.

Relator: dep. Lindomar Garçon (PRB-RO)

Relatório: pela aprovação.

06/12/2017, ÀS 14H30

FIQUE DE OLHO

Audiência Pública sobre a privatização da Loteria Instantânea Exclusiva (LOTEX).

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMADS)

06/12/2017, ÀS 10H

PL nº 5.186/2016, que visa instituir o Cadastro de Crimes contra o Meio Ambiente e vedar às pessoas jurídicas inscritas nesse Cadastro o recebimento de financiamentos e incentivos governamentais e a contratação com o Poder Público.

Relator: dep. Waldenor Pereira (PT-BA)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)
06/12/2017, ÀS 9H30

PL nº 5.221/2016, que altera o Código de Defesa do Consumidor para estabelecer que a fixação do valor devido a título de danos morais levará em consideração, também, o tempo despendido pelo consumidor na defesa de seu direito e na busca de solução para a controvérsia.

Relator: dep. Cabo Sabino (PR-CE)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 8.406/2017, que altera o Código de Defesa do Consumidor para obrigar os fornecedores a informar eventual inexistência de assistência técnica no município em que será efetivada a comercialização do produto ou a contratação do serviço.

Relator: dep. Márcio Marinho (PRB-BA)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (CDU)

06/12/2017, ÀS 10H

PL nº 7.776/2017, que concede, durante cinco exercícios financeiros, créditos relativos à contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS, de modo a estimular o aumento do volume de investimentos das pessoas jurídicas sujeitas ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico.

Relator: dep. Mauro Mariani (PMDB-SC)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

06/12/2017, ÀS 9H30

PL nº 3.940/2015, que dispõe sobre a destinação final dos resíduos sólidos e rejeitos da mineração.

Relator: dep. Vitor Lippi (PSDB-SP)
Relatório: pela rejeição.

FIQUE DE OLHO

PL nº 6.431/2016, que altera a Lei de Locação para regulamentar a locação de imóveis residenciais por temporada por meio de sítios eletrônicos ou plataformas congêneres.

Relator: dep. Covatti Filho (PP-RS)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

07/12/2017, ÀS 9H30

Audiência pública para debater as alternativas para o desenvolvimento do mercado nacional de veículos elétricos.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA (CME)
06/12/2017, ÀS 11H

PL nº 6.407/2013, que altera a Lei que dispõe sobre o gás natural e institui medidas para fomentar este setor.

Relator: dep. Marcus Vicente (PP-ES)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 2.195/2015, que institui o Programa Nacional para o Fortalecimento da Mineração de Pequeno Porte (PRONAMP) e cria o Fundo de Apoio à Mineração de Pequeno Porte (FAMP).

Relator: dep. Carlos Andrade (PHS-RR)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)

06/12/2017, ÀS 13H

PL nº 7.688/2017, que altera a Lei que define organização criminosa para vedar ao colaborador ou terceiro a ele associado, no curso ou após a homologação da colaboração premiada, obter benefícios econômicos de qualquer natureza resultantes da informação privilegiada produzida por ele no procedimento.

Relator: dep. Rocha (PSDB-AC)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 7.877/2017, que altera a Lei dos crimes de lavagem de dinheiro para autorizar que o Conselho Monetário Nacional estabeleça valores máximos para a realização de transações financeiras em dinheiro. Também estabelece que as transações financeiras que ultrapassarem os tais limites deverão ser realizadas por meio eletrônico.

Relator: dep. Delegado Waldir (PR-GO)
Relatório: pela aprovação.

06/12/2017, ÀS 15H

PL nº 7.075/2017, que altera a legislação que versa sobre arma de fogo para regulamentar a venda, aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo, munições e insumos de recarga.

Relator: dep. Alexandre Leite (DEM-SP)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)

06/12/2017, ÀS 9H30

PLP nº 98/2015, que altera a Lei Complementar que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar para estabelecer a aplicação do Código de Defesa do Consumidor às entidades de previdência privada.

Relator: dep. Elizeu Dionizio (PSDB-MS)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 1.277/2011, que aumenta as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre operações com brinquedos.

Relator: dep. Sergio Vidigal (PDT-ES)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 4.910/2012, que estabelece isenção das contribuições previdenciárias do empregador a hospitais e clínicas privadas que prestam serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Relatora: dep. Carmen Zanotto (PPS-SC)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 2.003/2015, que altera a Lei que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social para determinar que as instituições financeiras bancárias disponibilizem acesso, via autoatendimento ou internet, às informações previdenciárias de seus correntistas, contidas no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

Relator: dep. Danilo Forte (PSB-CE)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)

06/12/2017, às 10H30

FIQUE DE OLHO

PL nº 3.123/2012, que altera a Lei de Execuções Penais para estabelecer as normas de privatização dos serviços penitenciários.

Relator: dep. Benjamin Maranhão (SD-PB)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 5.474/2016, que altera a Lei do Processo Administrativo Fiscal para incluir conselheiros dos contribuintes nos julgamentos fiscais de primeira instância e estabelecer novas medidas para controle das decisões administrativas fiscais.

Relator: dep. Fábio Mitidieri (PSD-SE)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 7.300/2017, que regulamenta o monitoramento de trabalhadores por meio de equipamentos de filmagem.

Relatora: dep. Flávia Moraes (PDT-GO)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA DA LEI DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS
05/12/2017, às 14H30

Reunião para debater o PL nº 3.139/2015, que altera o Sistema Nacional de Seguros Privados, e regula operações de seguros e resseguros.

COMISSÃO ESPECIAL DA REGULAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS
05/12/2017, às 14H

Reunião para deliberação do parecer do relator, dep. Nelson Marquezelli (PTB-SP), ao PL nº 4.860/2016.

COMISSÃO ESPECIAL QUE DISPÕE SOBRE A GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
05/12/2017, às 14H30

Reunião para instalação da Comissão Especial que analisará o PL nº 6.621/2016, e eleição do presidente e vice-presidentes.

